



SEÇÃO: AS OPOSIÇÕES POLÍTICAS NOS PALOP

Os partidos políticos e a oposição política na Guiné-Bissau¹

*The Political Parties and Political Opposition in Guinea-Bissau**Los partidos políticos y la oposición política en Guinea-Bisáu***Luizinho Jorge Cá²**orcid.org/0000-0002-5992-801X
luizinhca@gmail.com**Alfredo Alejandro****Gugliano²**orcid.org/0000-0002-8464-8159
alfredogugliano@hotmail.com**Recebido em:** 30 nov. 2023.**Aprovado em:** 30 jul. 2024.**Publicado em:** 06 dez. 2024.

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar a questão da oposição política nos países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), particularmente através das lentes do surgimento de partidos políticos de oposição em Guiné-Bissau, enfatizando seu papel central no processo de democratização do País. O objetivo de nossa investigação é identificar o envolvimento dos partidos políticos nesse processo como um fator crucial na instabilidade das instituições democráticas guineenses, uma reflexão que visa incentivar o exame da singularidade da evolução das instituições democráticas no continente africano.

Palavras-chave: democratização; desdemocratização; Guiné-Bissau.

Abstract: The objective of this paper is to scrutinize the issue of political opposition in the PALOP countries, particularly through the lens of the emergence of opposition political parties in Guinea-Bissau, emphasizing their central role in the country's democratization process. The purpose of our investigation is to identify the political parties involvement in this process as a crucial factor in the instability of democratic institutions in the country, a reflection that aims to encourage the examination of the uniqueness of the evolution of democratic institutions on the African continent.

Keywords: democratization, de-democratization; Guinea-Bissau.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar el tema de la oposición política en los países de PALOP, particularmente a través de la lente del surgimiento de los partidos políticos de oposición en Guinea-Bissau, enfatizando su papel central en el proceso de democratización del país. El propósito de nuestra investigación es caracterizar que la participación de los partidos políticos en este proceso es un factor crucial en la inestabilidad de las instituciones democráticas en el país, una reflexión que tiene como objetivo fomentar el examen de la singularidad de la evolución de las instituciones democráticas en el continente africano.

Palabras clave: democratización; desdemocratización; Guinea-Bisáu.

1 Introdução

O presente artigo tem como foco principal a discussão do conceito de "oposição política" em um regime democrático a partir da experiência democrática da Guiné-Bissau. Dado que o referido conceito pode assumir implicações distintas, é crucial identificar a perspectiva sob a qual é abordado neste trabalho, para evitar leituras polissêmicas.

A oposição política é descrita aqui como uma entidade coletiva que desempenha um papel crucial na manutenção da vitalidade e da eficácia da administração pública. Ao questionar as políticas do partido político no poder, a oposição atua como um contraponto no sistema político,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Texto realizado com apoio do CNPq.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

ajudando a prevenir abusos, corrupção e práticas antiéticas. Além disso, a oposição contribui para a tomada de decisões políticas ao difundir ideias diferentes e promover o debate público de várias perspectivas. Dessa forma, a oposição incentiva a transparência e a legitimação do poder político por meio de eleições, evitando o monopólio do governo. Ou seja, uma oposição ativa estimula o engajamento dos cidadãos, incentivando a participação na gestão pública.

Neste artigo, como é perceptível, analisaremos apenas uma parte do conjunto de atores que compõem a oposição política, focando-nos no caso dos partidos políticos da República da Guiné-Bissau, um país libertado do sistema colonial português em 1973 através de uma revolução armada que durou onze anos, sob a coordenação de Amílcar Lopes Cabral, líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Após a independência da Guiné-Bissau, o PAIGC, partido político que liderou a luta armada para a libertação nacional, comandou a Guiné-Bissau por 21 anos (1973-1994). Esse governo estabeleceu um sistema político fechado, conhecido como governo de partido-único ou partido-Estado, no qual os principais cargos públicos eram ocupados por líderes militares do PAIGC, especialmente os comandantes que conduziram a luta pela libertação nacional.

Esse foi um modelo político difundido por diversos países africanos, em que uma elite militar se estabeleceu como força governante após o processo de emancipação colonial. De acordo com Kuenzi e Lambright (2005), a configuração política que se estabeleceu na África depois da independência refletiu a tendência de diversos grupos políticos se unirem em único partido, o que resultou em diversos obstáculos para a ampliação do espectro não só político-partidário, mas também das organizações da sociedade civil após a vitória na luta anticolonial.

Durante o modelo de partido único, o clima político interno do PAIGC e da Guiné-Bissau sempre foi marcado por crises e tensões políticas. Além de arcar com as consequências de onze anos de

luta armada para a libertação nacional, o PAIGC herdou um país devastado de recursos humanos pela ação colonial portuguesa e foi obrigado a enfrentar vários problemas relacionados à debilidade econômica do País e às dificuldades de afirmação de um Estado Nacional em formação. Além disso, é importante salientar que havia dificuldades de fortalecer, ao mesmo tempo, a unidade binacional Guiné e Cabo Verde e a luta contra a emergência de divisões étnicas em prol da coesão sociocultural, isso sem contar os grandes obstáculos para atender os direitos básicos da população a educação, saúde e emprego.

Em termos políticos, o PAIGC enfrentou diversas divergências internas que envolveram diferentes sensibilidades étnicas e socioculturais do País, num contexto em que predominavam as desconfianças entre militantes em relação ao assassinato do líder da revolução, Amílcar Lopes Cabral, em 1973, e as constantes disputas pela liderança política entre as diversas facções políticas guineenses. De acordo com Semedo (2021), a luta pelo controle do PAIGC gerou uma série de acusações de tentativa de golpes de Estado, o que resultou na detenção de cerca de 70 pessoas que sofreram torturas – posteriormente, algumas foram fuziladas (Semedo, 2021, p. 126-127).

Diante da crise política e militar guineense, aliada à necessidade de equilibrar a relação da Guiné-Bissau com o bloco socialista e o bloco ocidental, em plena Guerra Fria, a trajetória política guineense ficou marcada por grande instabilidade política, que dificultou o desenvolvimento de um sistema institucional estável e inclusivo. Portanto, o sistema político-partidário emergiu nesse crítico contexto político e isso teve um impacto negativo sobre a institucionalização de novas organizações partidárias.

O processo da transição democrática e de institucionalização da oposição política na Guiné-Bissau foi impactado também pela crise do modelo comunista global a partir de 1989, bem como pela adesão de grande parte dos governos socialistas ao sistema liberal de mercado e, conseqüentemente, a criação de democracias constitucionais. No caso em foco, a Guiné-Bissau

aderiu ao sistema liberal democrático na década de 1990, precisamente durante o período que Huntington (1994) chamou de "terceira onda de democratização", caracterizada por mudanças significativas de vários regimes políticos em diferentes partes do mundo e pela disseminação do liberalismo em diferentes regiões.

Para Furtado (2015) e Mendy (1996), nessa época, os países africanos recém-independentes foram pressionados pela comunidade internacional para aderir ao modelo liberal democrático, com políticas de financiamento e cedência de créditos do Banco Mundial (BM) que prometiam ajudar a superar os desafios socioeconômicos herdados pelas novas autoridades africanas. Na Guiné-Bissau, esse processo iniciou com a implementação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), no período de 1983 a 1987, antecedendo a liberalização política que teve maior impacto a partir de 1994, quando ocorreram as primeiras eleições gerais no País (Cardoso, 1995).

Além de terem sido marco crucial para a concretização do processo de transição política do regime monopartidário para o multipartidarismo, as primeiras eleições guineenses permitiram o surgimento das formações políticas de oposição ao regime do PAIGC. Contudo, é importante salientar que essa oposição existia muito antes da mudança do regime político, mas sempre foi oculta e suas principais lideranças foram presas, em alguns casos até mesmo assassinadas. De acordo com Carvalho (2014)², o sistema paigcista executava as pessoas consideradas traidoras, que tentavam prejudicar a imagem do partido libertador.

Neste artigo, analisamos o processo de adesão da Guiné-Bissau ao sistema político democrático, com especial atenção à problemática dos partidos políticos da oposição e à importância dessas formações partidárias no processo democrático guineense, bem como os problemas gerados por essas organizações partidárias no mesmo processo.

Em termos metodológicos, o presente trabalho

baseia-se numa revisão narrativa de literatura. De acordo com Nice Figueiredo (1990), a revisão de literatura desempenha um papel importante não só na difusão do conhecimento, como também no avanço da produção científica a partir das bases estabelecidas. Isto é, não se trata de um conhecimento que nasce do zero, mas do acúmulo de conhecimento sobre os temas analisados. De modo geral, as revisões da literatura cumprem com o papel de integralizar o desenvolvimento da ciência, assim como oferecer informação relevante sobre o desenvolvimento corrente da ciência e sua literatura.

Para cumprir com o objetivo proposto, este artigo foi dividido em quatro partes, além da introdução: a) "O conceito de oposição política", em que apresentamos a abordagem teórica e conceitual da oposição política, atendendo ao objetivo do trabalho; b) "Surgimento dos partidos de oposição na Guiné-Bissau", examinando a conjuntura política em que surgiram as primeiras formações políticas da oposição e suas principais características; c) "papel dos partidos da oposição na democracia guineense", refletindo sobre as principais linhas ideológicas e o desempenho político dos principais partidos guineenses; d) nas "considerações finais", o artigo apresenta uma síntese dos elementos analisados, bem como os argumentos finais deste estudo.

2 O conceito de oposição política

Nas suas primeiras discussões, o conceito de "oposição política" estava bastante centrado na contraposição entre partidos políticos dissonantes em relação às políticas de determinados governos ou forças governamentais (Dahl, 1997; Ionescu; Madariaga, 1968). Mais recentemente, essa noção foi ampliada, visando agregar diferentes formas políticas de exercer a oposição. Como explicam Brack e Weinblum (2011), esse conceito hoje é definido como um desacordo em relação a um governo ou às suas políticas; um confronto com as elites políticas que hegemonizam as instituições estatais – o que

² A autora, por exemplo, descreveu os casos de fuzilamento dos líderes do PDONG – Honório Sanches Vaz e Miguel Embana – e Paulo Dias, do partido FLING (Carvalho, 2014, p. 36).

incluiria especialmente diferentes organizações da sociedade civil, como também os partidos políticos.

Essa última acepção apresenta diversas vantagens para o desenvolvimento de estudos sobre oposição política em áreas em que a democracia enfrenta dificuldades para se consolidar. Uma das suas vantagens é que nos permite evitar o reducionismo que predomina na maioria das literaturas sobre oposição política, que se concentra na oposição parlamentar. Isso torna possível o tratamento de outros tipos ou variedades de oposição política em contextos distintos daqueles encontrados, por exemplo, no contexto europeu.

A ciência política, no âmbito internacional, passou a dar mais importância ao estudo da oposição política em regimes democráticos a partir da publicação da análise de Dahl (1997), que permanece até hoje como referência. De acordo com a descrição do escritor, apesar de algumas restrições, a oposição é quase uma característica benéfica da poliarquia, uma vez que possibilita uma troca de poder real e aumenta a possibilidade de a sociedade se rebelar contra governos que não cumprem suas obrigações constitucionais.

Ao longo do tempo, o debate foi avançando e vários autores sublinharam o fato da falta de homogeneidade do conceito de oposição política. Sartori (1966) foi um dos pioneiros a enfatizar o tema, notadamente a partir da sua distinção entre partidos-sistema e antissistema, diferença que poderia acarretar formas diversas de oposição. Semelhantemente, outros autores delimitaram possíveis distinções entre a oposição política em contextos de regime democrático e regimes autoritários, destacando a necessidade de refletir sobre a relação entre os conceitos de oposição política e de dissidência (Brack; Weinblum, 2011; Daase; Deitelhoff, 2019).

Especificamente sobre a trajetória da oposição política em regimes que não podem ser classificados como democracias liberais, Helms (2021) chama a atenção sobre as dificuldades de a sociedade se contrapor ao poder governamental diante da ausência de direitos elementares.

Sem imprensa livre, com restrições à liberdade de organização, com forte repressão policial nas manifestações públicas, para citar alguns exemplos, é bastante complexo – para não dizer difícil – que os partidos políticos, ou outras forças de oposição da sociedade civil, possam cumprir com aquilo que a literatura especializada indica como sendo a função da oposição.

Em termos do continente africano, uma parcela relevante da literatura acadêmica concentra sua análise na fragilidade eleitoral dos partidos políticos de oposição. Ao analisar o impacto das eleições na democracia na África subsaariana, Lise Rakner e Nicolas van de Walle (2009) destacam que os partidos políticos de oposição enfrentam dificuldades em obter recursos do governo e exercer seu direito de criticar as ações governamentais, tanto por meio da via parlamentar quanto na relação com a sociedade civil. Dessa forma, em diversas regiões, a capacidade eleitoral desses partidos é bastante reduzida.

Quando as organizações políticas da oposição não têm recursos para sustentar suas atividades ou não há uma regulamentação mais rigorosa de financiamento político público, elas tendem a buscar recursos em fontes externas, o que aumenta a influência das grandes corporações econômicas e das grandes potências mundiais nos processos eleitorais. Em outras palavras, a situação financeira dos partidos políticos em geral e dos partidos da oposição em particular pode ter um impacto tanto na desorganização partidária quanto na fragilização do sistema político e na vulnerabilidade das instituições estatais. Esse é um dos tópicos de maior relevância nos debates sobre a oposição política na Guiné-Bissau.

3 Surgimento dos partidos de oposição na Guiné-Bissau

Um dos primeiros estudos a abordar o surgimento dos partidos políticos da oposição na Guiné-Bissau foi o de Carlos Cardoso, intitulado *A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil*, publicado em 1995, um ano depois da realização das eleições gerais no País. No artigo em questão, o autor apontou duas origens

dos primeiros partidos políticos da oposição, que convencionou chamar de "origens históricas" e "origens estruturais".

As origens históricas, no entender de Cardoso (1995), relacionam-se com as implicações do monopólio do poder político que caracterizou a atuação das elites políticas associadas ao regime do PAIGC como partido-único mediante poderes autóctones de vários grupos étnicos na Guiné-Bissau. Em outras palavras, enquanto orgulhava-se da legitimidade histórica por liderar o processo de emancipação colonial e concentrava o poder político nas primeiras décadas após a independência, o PAIGC também se colocava como opositor das autoridades administrativas locais, formadas por representantes de diversos grupos étnicos (os régulos).

Por outro lado, havia sinais de dissidências internas no próprio PAIGC por parte de alguns militantes, que, apesar de fazerem parte do partido, se sentiam não só isolados das primeiras estruturas governamentais do País, mas também ausentes dos espaços de tomada de decisões importantes da vida política guineense. Essa decepção dos militantes do PAIGC, mesmo tendo sido abafada ao longo do tempo pelo regime do Partido Único, contribuiu para a abertura política e a formação de novas siglas partidárias no período de abertura política.

Outra camada da população guineense que constituiu a oposição ao PAIGC antes da abertura democrática foram os antigos membros da Polícia Internacional de Defesa do Estado da Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS)³ – uma corporação policial secreta composta por guineenses que se colocavam a serviço das autoridades coloniais portuguesas contra os Antigos Combatentes da Liberdade da Pátria⁴ no período da luta de

libertação nacional. De acordo com Cardoso (1995), depois da independência nacional, o PAIGC passou a perseguir antigos agentes da PIDE/DGS para vingar o que os dirigentes partidários consideraram como fissuras que esse corpo policial causou contra o partido.

Em suma, essa origem histórica dos partidos políticos de oposição na Guiné-Bissau se identifica com a constituição gradual da oposição em função de atuação política do regime do partido-único; trata-se de uma insurgência contra o monopólio do poder político do partido libertador durante as duas primeiras décadas após a independência da Guiné-Bissau – lembrando que o PAIGC teve dificuldades de lidar de forma pacífica com os setores da sociedade guineense que, sob a influência colonial, se aliaram às autoridades portuguesas e combateram contra os independentistas durante o período da luta armada.

Em relação às origens estruturais da oposição no País, Cardoso (1995) analisou como alguns militantes ligados aos órgãos decisórios do PAIGC contribuíram para o surgimento das primeiras alas que se mostraram como oposição à liderança desse partido político, apontando os subscritores da famosa Carta dos 121⁵ que, posteriormente, formaram o Partido para Renovação e Desenvolvimento (PRD), em outubro de 1992, uma das primeiras formações políticas institucionalizadas na Guiné-Bissau. A oposição de origem estrutural expressa um sentimento de revolta interna dos militantes do PAIGC que, mesmo tendo sido abafada há muito tempo pelo regime do Partido-Único, contribuiu para a dissidência dos militantes desse partido, assim como para a criação de novas siglas partidárias depois da admissão do pluripartidarismo.

³ A PIDE era um corpo policial secreto criado pela autoridade colonial portuguesa e composto essencialmente por guineenses que espionavam as estratégias de guerra delineadas pelo partido libertador da Guiné-Bissau (PAIGC). A PIDE/DGS atuava como agência especial de informações do Estado, a serviço do sistema colonial português na Guiné-Bissau. A mesma estrutura foi criada também em outras ex-colônias de Portugal na África integrantes dos PALOP.

⁴ "Antigos Combatentes da Liberdade da Pátria" refere-se a homens e mulheres que se dedicaram incondicionalmente à luta contra o sistema colonial português, com o objetivo de alcançar a libertação nacional do território que hoje conhecemos como a República da Guiné-Bissau.

⁵ A Carta dos 121 foi um manifesto assinado e apresentado por um grupo de militantes do PAIGC durante a reunião do Comitê Central do partido em junho de 1991. Nesse documento, os militantes expressaram sua fidelidade aos ideais do PAIGC, ao mesmo tempo que reivindicavam a democratização interna do partido. Eles apelavam para o diálogo e a definição clara da linha ideológica do PAIGC, visando restaurar a confiança entre os militantes e simpatizantes.

Dessa forma, os principais elementos que diferenciam a oposição histórica da oposição estrutural são os seus protagonistas e o tempo em que cada uma surgiu. Enquanto a oposição de origem histórica é a mais antiga e protagonizada por cidadãos que não têm um vínculo formal de militância com o PAIGC, a oposição de origem estrutural é a mais recente e protagonizada por militantes e dirigentes do PAIGC ligados às estruturas do Estado guineense (Partido-Único). Aliás, Cardoso (1995, p. 270) definiu a referida assimetria de seguinte forma:

O primeiro, para além de ter um caráter mais histórico por ter surgido ao longo da trajetória política por que passou o país, é marcado por uma certa exterioridade em relação ao próprio aparelho do PAIGC e as estruturas do poder. O segundo tipo é de constituição mais recente e é em grande medida interno ao próprio aparelho, tanto do PAIGC como do próprio Estado.

Em termos dos fatores gerais que impulsionaram o surgimento da oposição na Guiné-Bissau, cabe sublinhar a insurgência do que Cardoso (1995) chamou de uma nova classe política assentada na pequena burguesia urbana, quadros técnicos do Estado e assalariados empobrecidos. Conforme o autor, essas três camadas se transformaram posteriormente em partidos políticos de oposição, entre eles, o Partido da Convergência Democrática (PCD), que reuniu uma parte considerável dos quadros técnicos e da intelectualidade; a Frente Democrática Social (FDS), sustentada na mobilização de uma camada de assalariados urbanos com baixos rendimentos e também por setores empobrecidos do campesinato; e a Resistência da Guiné-Bissau/Movimento BaFatá (RGB-MB)⁶, que aglutinou uma parte considerável da camada camponesa e dos ex-colaboradores do aparelho administrativo colonial.

No entanto, é necessário ainda sublinhar que, além desses três partidos (PCD, FDS e RGB-MB), também ganharam destaque na mesma época outras novas agremiações que fortaleceram a

oposição ao regime do PAIGC, entre as quais o Partido Democrático do Progresso (PDP), o Partido da Renovação Social (PRS), a União Democrática da Oposição (UNIDO), a Frente Democrática Social (FDS) e a Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné (FLING), o mais antigo partido político guineense, fundado na década de 1950 e extinto em 2022.

Em termos ideológicos, é possível notar que todas as primeiras estruturas políticas mencionadas foram constituídas como uma oposição ao PAIGC e buscaram se adequar às ondas de mudanças internacionais que estavam sendo implementadas pelo liberalismo democrático em regimes políticos anteriormente comunistas. Dessa forma, a maioria dos partidos políticos recém-formados apresentou-se liberal ou social-democrata, com exceção da RGB-MB, que dividiu com outros partidos PRD, PDP e PCD uma parcela da população composta por intelectuais guineenses, enquanto manteve uma linha nacionalista. Aliás,

A RGB-MB, o PRD e o PDP (Partido Democrático do Progresso) são os três outros partidos que repartem com o PCD a intelectualidade guineense. Com exceção do Movimento BaFatá marcada por uma forte influência democrata-cristã, os restantes têm uma orientação liberal e social-democrata. cumprem com a ideologia do cunho liberal social-democrata. O PRS (Partido da Renovação Social) do Sr. Koumba Yala congrega no seu seio uma parte dos assalariados empobrecidos dos centros urbanos e uma franja do jovem lumpemproletariado (Cardoso, 1995, p. 273).

Nos primeiros anos depois da libertação nacional, a relação entre o PAIGC e os partidos políticos opositores era tensa, fato que dificultou ainda mais a realização de reformas importantes que poderiam adequar a vida política da Guiné-Bissau ao contexto democrático. De um lado, o PAIGC, como principal "ator" da independência da Guiné-Bissau no poder, tentou preservar a sua influência no cenário político guineense; por outro lado, as novas formações partidárias criaram

⁶ Esse partido foi formado por ex-colaboradores do aparelho colonial, guineenses que se aliaram ao regime colonial português contra os seus próprios irmãos nativos e contra o PAIGC no período da luta pela independência do País. A categoria dos ex-colaboradores do aparelho colonial pode ser subdividida em burocratas, militares e pessoas de profissão liberal, incluindo os agentes da PIDE/DGS já mencionados (Cardoso, 1995).

arranjos políticos visando debilitar a hegemonia política do PAIGC e promover mudanças na liderança política do País (Cardoso, 1995).

No entanto, durante a realização das primeiras eleições gerais na Guiné-Bissau, em 1994, os dois jornais mais influentes do País, o jornal *Nô Pintcha* e o *Correio de Bissau*, tiveram o funcionamento suspenso – menos de um mês antes das eleições, ambos os jornais pararam de circular, retornando quase dois meses após as eleições. Esse fato dificultou a livre circulação de ideias no período eleitoral e representou um dos primeiros atentados à liberdade de opinião e de imprensa no processo de democratização da Guiné-Bissau.

Isso ilustra as imensas dificuldades que os

primeiros partidos políticos guineenses enfrentaram para o exercício da oposição diante do governo do PAIGC. Contudo, o uso da máquina pública pelo PAIGC não foi o único obstáculo para a consolidação da oposição política na Guiné-Bissau. Também, os próprios partidos da oposição contribuíram significativamente para esse contexto, tendo em vista as enormes dificuldades de diálogo entre eles e a falta de elaboração de uma agenda comum de atuação. As referidas divergências políticas entre os partidos da oposição deram largas vantagens ao PAIGC nas primeiras eleições legislativas realizadas em 1994, tal como confirmaram os resultados.

TABELA 1. RESULTADOS DEFINITIVOS DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1994

Partidos políticos	N. de votos	N. de deputados
PAIGC: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde	134.982	62
RGB-MB: Resistência da Guiné-Bissau – Movimento BaFatá	57.566	18
UM: Uniao para a Mudança	36.797	6
PRS: Partido da Renovação Social	29.957	12
PCD: Partido da Convergência Democrática	15.411	0
PUSD: Partido Unido Social-Democrata	8.286	0
FLING: Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné	7.475	1
FCG-SD: Fórum Cívico Guineense Social-Democracia	494	0
Total	290.968	99

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de Cardoso (1995, p. 277).

A vitória do PAIGC nas primeiras eleições legislativas guineenses garantiu uma maioria parlamentar com uma base de 62 deputados. Pouco menos de um ano mais tarde, o PAIGC saiu ainda

mais fortalecido com a vitória de João Bernardo Vieira (Nino) nas eleições presidenciais, candidato apoiado pelo mesmo partido político, tal como ilustra a tabela a seguir.

TABELA 2. RESULTADOS DA PRIMEIRA VOLTA DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994

Candidatos presidenciais	N. de votos
João Bernardo Vieira (Nino)	142.577
Koumba Yala	67.518
Domingos Fernandes Gomes	53.825
Carlos Domingos Gomes	15.645
François K. Mendy	8.655
Bubacar Djaló	8.506
Victor Saúde Maria	6.388
Antonieta Rosa Gomes	5.509
Total	308.626

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados de Cardoso (1995, p. 277).

A vitória do PAIGC nas primeiras eleições legislativas que permitiram ao partido político formar a maioria parlamentar e a vitória de João Bernardo Vieira (Nino) nas eleições presidenciais confirmaram não só a legitimidade popular de antigos dirigentes do partido-único, mas também a reconfiguração do monopólio do poder político no PAIGC, impossibilitando a alternância do poder almejada pelos partidos políticos de oposição que concorreram em ambas as eleições.

Dessa forma, as primeiras eleições gerais da Guiné-Bissau recolocaram o PAIGC na arena política guineense, contrariando as expectativas dos partidos da oposição, que, por motivos já mencionados, saíram derrotados do primeiro embate eleitoral da história política democrática da Guiné-Bissau. O escrutínio, contudo, não deixa de ser um marco histórico relevante para o processo de democratização da sociedade guineense, pois abriu as primeiras portas para a concorrência democrática.

De modo geral, o surgimento dos partidos políticos na Guiné-Bissau pode ser incluído na caracterização apresentada por Maurice Duverger (1970) em relação à origem e evolução dos partidos políticos. Na sua abordagem, o autor aponta que os partidos políticos surgem nos contextos de divisões e divergências sociais e de grupos de interesses que se organizam para defender suas posições e representar seus interesses num dado sistema político – algo que ocorreu de maneira semelhante no contexto da Guiné-Bissau.

4 Papel dos partidos da oposição na democracia guineense

Na seção anterior, foram apresentados argumentos que sustentam a tese de que os primeiros partidos políticos da oposição na Guiné-Bissau surgiram em um contexto político desafiador. Isso explica o fracasso inicial na realização dos objetivos das formações políticas mencionadas devido à concentração do poder político durante o governo do PAIGC. Além disso, essas novas formações políticas não conseguiram coordenar as suas ações políticas para enfrentar o regime do partido único. Nesta nova parte do artigo, pretende-se avançar no debate sobre o tema, analisando os principais impactos do desempenho das formações políticas da oposição no processo democrático da Guiné-Bissau.

A partir de abertura democrática na década de 1990, o número de formações político-partidárias cresceu incessantemente até 2022, chegando a mais de 50 partidos políticos e demais coligações partidárias formalmente instituídas. Cardoso (1995) afirma que, com exceção da Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné (FLING), fundada na década de 1950, e da Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá, criada em 1986, todos os outros partidos surgiram depois da queda do artigo 47 da Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) de 1984. O quadro que segue apresenta os nomes e as siglas das formações políticas legalmente constituídos até o ano 2023 no País.

QUADRO 1. PARTIDOS POLÍTICOS DA GUINÉ-BISSAU ATÉ 2023

Denominações partidárias da Guiné-Bissau até 2023	Siglas
Aliança das Forças Patrióticas	AFP
Aliança Democrática	AD
Aliança para a República	APR
Aliança Popular Unida	APU
Assembleia do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné-Bissau	APU-PDGB
Centro Democrático	CD

⁷ Esse é um dos artigos da antiga Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB) que definia o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) como a única força política com legitimidade de dirigir o destino político da sociedade guineense. Para iniciar o processo de democratização do Estado guineense, foram feitas revisões pontuais da constituição da Guiné-Bissau e, em consequência disso, o referido artigo foi alterado em maio de 1991, criando as condições legais necessárias para o pluralismo partidário na Guiné-Bissau.

Denominações partidárias da Guiné-Bissau até 2023	Siglas
Congresso Nacional Africano	CNA
Fórum Cívico Guineenses Social-Democracia	FCG/SD
Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné	FLING
Frente Democrática Social	FDS
Frente Patriótica de Salvação Nacional	FREPASNA
Liderança para o Desenvolvimento Sustentável	LID
Liga Guineense de Proteção Ecológica	LIPE
Movimento de Alternância Democrática	MADEM-G15
Movimento Democrático Guineense	MDG
Movimento Guineense para o Desenvolvimento	MGD
Movimento Patriótico	MP
Partido Africano para o Desenvolvimento	PAD
Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde	PAIGC
Partido Africano para Paz e Estabilidade Social	PAPES
Partido da Convergência Democrática	PCD
Partido da Nova Democracia	PND
Partido da Nova Força Nacional	NFN
Partido da Reconciliação Nacional	PRN
Partido da Renovação e Progresso	PRP
Partido da Renovação Social	PRS
Partido da Unidade Nacional	PUN
Partido de Solidariedade e de Trabalho	PST
Partido Democrático da Guiné	PDG
Partido Democrático para Desenvolvimento	PDD
Partido Democrático Popular	PDP
Partido Democrático Socialista	PDS
Partido do Progresso	PP
Partido dos Trabalhadores	PT
Partido dos Trabalhadores da Guiné-Bissau – No Djunta Mon	PT
Partido dos Trabalhadores Guineenses	PTG
Partido Luz da Guiné-Bissau	PLGB
Partido Manifesto do Povo	MANIFESTO
Partido Nova Democracia	PND
Partido para a Democracia, Desenvolvimento e Cidadania	PADEC
Partido para Justiça Reconciliação e Trabalho-Plataforma de Frentes Democrática	PJRT-PFD
Partido para o Desenvolvimento de Combate a Pobreza	PDCP
Partido Republicano para a Independência e Desenvolvimento	PRID
Partido Social Democrata	PSD
Partido Socialista da Guiné-Bissau	PS-GB
Partido Unido Social Democrata	PUSD
Plataforma Unida	PU

Denominações partidárias da Guiné-Bissau até 2023	Siglas
Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá	RGB/MB
União Eleitoral	EU
União Nacional para Democracia e Progresso	UNDP
União para Mudança	UM
União Patriótica da Guiné	UPG

Fonte: elaboração dos autores com base na lista dos partidos políticos publicados pelo Supremo Tribunal da Justiça (STJ) da Guiné-Bissau.

Não basta observar o aumento constante da lista de organizações políticas partidárias, também é importante notar o crescimento das divergências entre a classe política e a militar, o que, em certos momentos, incentivou a troca de poder político por meio da subversão da ordem constitucional. Por exemplo, o debate político de 1998, que teve como foco principal o tráfico de armas de propriedade do Estado guineense para os rebeldes de Casamança, uma região do Senegal situada na fronteira com a Guiné-Bissau, culminou em uma tentativa de golpe de Estado que levou à guerra civil ocorrida entre 7 de junho de 1998 e 7 de maio de 1999.

Ademais, a disputa política entre o PAIGC no poder e os principais partidos da oposição, sobretudo o Partido da Renovação Social (PRS), intensificou a rivalidade, somando-se a outros fatores, como a fragilidade institucional, o sentimento de pertencimento étnico e tribal, a debilidade econô-

mica, a influência política regional e internacional sobre o País, as intrigas e as desconfianças entre militares em relação ao tráfico de armas para os "rebeldes" de Casamança. De acordo com Nhasse (2022, p. 23), este último fator foi considerado a causa imediata da crise que culminou no conflito armado. E esse conflito provocou mudanças significativas no poder político guineense.

Além de interromper a primeira legislatura democrática da Guiné-Bissau, o referido conflito político-militar, conhecido como "a guerra de 7 de junho", afastou o PAIGC da governação ao destronar e colocar em exílio João Bernardo Vieira, primeiro presidente guineense eleito democraticamente. Após o conflito, foram realizadas as eleições legislativas de 1999, as quais resultaram na alternância do poder com a ascensão do PRS, que venceu as eleições legislativas com uma maioria relativa, conforme ilustrado pelos dados da tabela a seguir.

TABELA 3. RESULTADO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1999

Denominações partidárias	Deputados
Partido da Renovação Social (PRS)	38
Resistência da Guiné-Bissau – Movimento BaFatá (RGB-MB)	29
Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)	24
AD (PCD-FD)	3
Partido Social-Democrata (PSD)	3
Uniao para Mudança (UM)	3
Frente Democrática Social (FDS)	1
União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP)	1
Total	102

Fonte: elaboração dos autores com base nos dados dos relatórios da CNE da Guiné-Bissau⁸.

⁸ Não elegeram deputados: Fórum Cívico Guineense Social-Democracia (FCG-SD), Liga Guineense de Proteção Ecológica (LIPE), Partido Unido Social-Democrata (PUSD), Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné (FLING) e Partido da Renovação e Progresso (PRP).

Os dados da tabela apontam que, junto com o PRS, outros novos partidos políticos elegeram deputados, caso de RGB-MB, AD (PCD-FD), PSD, UM, FDS e UNDP. A alternância do poder político, influenciada pelo levante militar, foi fortalecida com a eleição do principal líder do PRS, Kumba Yala, para o cargo de Presidente da República em 2000. No entanto, isso não impediu novos golpes de Estado. De acordo com Jarju (2019), depois da "guerra de 7 de junho" (1998-1999), as deposições de autoridades eleitas na Guiné-Bissau continuaram com a derrubada do presidente Kumba Yala em 2003, assim como com o golpe de Estado que, em 2012, depôs o Presidente da República interino, Raimundo Pereira, e o governo liderado por Carlos Gomes Júnior.

Todos os golpes mencionados foram executados por forças militares. Contudo, não se pode ocultar que "há uma forte associação entre as elites militares e políticos no que diz respeito às questões dos golpes sucessivos que aconteceram no país [...] contribuindo na desestabilização política e democrática" (Djau, 2016, p. 51). Os políticos envolvidos nos golpes ou que apoiam episódios dessa natureza foram geralmente candidatos que, após serem derrotados nas eleições, aproveitaram a fragilidade institucional das Forças Armadas como instrumento de derrube dos governos constitucionalmente eleitos, o que revela vícios antidemocráticos da oposição política e partidária guineense.

Em um período de dez anos, entre 2012 e 2020, não houve novos golpes militares contra autoridades eleitas de forma democrática. No entanto, em 2020, o então candidato Umaro Sissoco Embaló (USE), declarado vencedor provisório do pleito,

violou as normas institucionais ao tomar posse simbólica como Presidente da República no dia 27 de fevereiro de 2020, antes do término do processo eleitoral que teve início em 2019, uma vez que o Supremo Tribunal de Justiça analisava contencioso eleitoral interposto pelo candidato adversário, Domingos Simões Pereira (DSP). Em dezembro de 2023, numa nova intervenção golpista, o presidente Sissoco Embaló tomou a decisão, sem respaldo constitucional, de dissolver o parlamento eleito em junho de 2023 e, consequentemente, exonerou o governo de Geraldo João Martins, emanado pelo referido parlamento.

Desse modo, é visível que a situação política guineense continua caótica por vários motivos, entre eles, os problemas derivados da crise política e institucional da nona legislatura⁹, que resultaram na exoneração de vários governos eleitos em detrimento dos governos alheios à vontade popular ("governos de iniciativa presidencial"). Precisamente a crise da nona legislatura impulsionou as dissidências partidárias, que formaram novos partidos e coligações políticas que compõem o atual sistema partidário. O principal exemplo dessas dissidências é a emergência do Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15), fundado em 2018, cujos principais líderes e fundadores são antigos militantes e dirigentes do PAIGC que dele se desvincularam no auge dos problemas internos¹⁰.

O crescimento de dissidências políticas em decorrência do surgimento de novos partidos enfraqueceu as formações políticas tradicionalmente reconhecidas como vencedoras das eleições na Guiné-Bissau, em especial o PAIGC e o PRS; consequentemente, alterou a configu-

⁹ O termo "legislatura" é empregado na Guiné-Bissau para referir um período determinado pela lei para o exercício do poder político por um grupo político dirigente. A primeira legislatura guineense iniciou com a constituição do primeiro parlamento (Assembleia Nacional Popular – ANP) que proclamou a independência do País em 1973. Depois de adesão ao multipartidarismo, a Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB), através do artigo 79, determina que cada legislatura na Guiné-Bissau deve iniciar com a proclamação dos resultados de cada eleição legislativa e durar por um período de quatro anos. Depois da 1ª legislatura que iniciou com a Proclamação da Independência, seguiram-se a 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª legislaturas. Depois da 8ª legislatura, seguiu-se a 9ª legislatura, que iniciou em 2014 com a proclamação dos resultados das eleições legislativas do mesmo ano. Essa última legislatura (9ª legislatura), que compreendeu o período de 2014 a 2019, foi muito turbulenta do ponto de vista político e institucional.

¹⁰ Os problemas internos aqui mencionados referem-se à crise política interna do PAIGC que ganhou maior proporção durante e depois do VIII Congresso do partido, realizado em 2014, na cidade de Cacheu, no norte da Guiné-Bissau. Nesse congresso, Domingos Simões Pereira (DSP) concorreu à liderança do PAIGC e venceu, mas sua vitória foi fortemente contestada pelo seu adversário, Braima Camará (BC), que ficou em segundo lugar na votação. Mesmo após o congresso, a rivalidade entre os dois continuou, resultando na divisão do PAIGC em duas alas: uma liderada por Domingos Simões Pereira (DSP), e outra, por Braima Camará (BC). Posteriormente, a facção de Braima Camará formou o partido MADEM-G15, composto maioritariamente por dissidentes do PAIGC que se opunham à vitória e à liderança de Domingos Simões Pereira (DSP) no PAIGC.

ração parlamentar e o ambiente sociopolítico no País. O resultado do processo eleitoral de 2019 ilustrou mudanças de pesos políticos dos parti-

dos no parlamento guineense. A tabela a seguir contém informações sobre as eleições ao Poder Legislativo de 2019.

TABELA 4. RESULTADO DAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2019 EXPRESSO EM NÚMEROS DE DEPUTADOS

Partidos com assentos parlamentares	Nº Deputados
Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)	47
Movimento para a Alternância Democrática (MADEM-G15)	27
Partido da Renovação Social (PRS)	21
Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB)	5
União para Mudança (UM)	1
Partido da Nova Democracia (PND)	1
Total	102

Fonte: elaboração dos autores com base nos resultados das eleições legislativas de 2019, publicados pela Comissão Nacional das Eleições da Guiné-Bissau (CNE), noticiado pelo Jornal de Angola, em 14 de março de 2019.

Com base nesses resultados eleitorais, o PAIGC assistiu à diminuição dos seus assentos no parlamento, apesar de manter maioria dos votos. Ademais, o candidato do PAIGC, Domingos Simões Pereira¹¹, foi derrotado nas eleições presidenciais de 2019, assinalando a redução da influência do partido libertador (PAIGC) no cenário político guineense. O PRS, que sempre ocupava a segunda posição entre os partidos mais votados, caiu para a terceira posição. E o MADEM-G15, partido político criado há menos de um ano das eleições e composto majoritariamente por antigos militantes e dirigentes do PAIGC, ficou como segunda força política do País; conseqüentemente, ocupou o espaço da principal força política da oposição.

Esses dados apontam que a ruptura no interior do PAIGC, que deu origem ao surgimento do MADEM-G15, contribuiu para a descentralização do poder político que estava concentrado em apenas dois partidos – o PAIGC e o PRS. Nessa condição, o PAIGC, vencedor das eleições com maioria relativa, conseguiu governar por meio da coligação com outros partidos políticos, tendo assinado em março de 2019 um acordo de incidência parlamentar com APU-PDGB, que

obteve 5 assentos no parlamento, além do acordo semelhante que já havia celebrado com o PND e a UM, que obtiveram 1 deputado cada. Deste modo, o PAIGC garantiu uma maioria composta por 54 deputados dos 102 lugares do parlamento.

No entanto, é importante sublinhar que o governo resultante desse acordo não terminou o seu mandato, pois foi derrubado em 2020 pelo decreto do presidente Umaro Sissoco Embaló, que depois nomeou um novo governo liderado por Nuno Gomes Nabian, presidente da Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB).

Considerando que no sistema político guineense o governo emana da maioria parlamentar, a pergunta que não quer calar é: como a APU-PDGB, com apenas 5 deputados no parlamento composto por 102 deputados, conseguiu reunir condições políticas para liderar o governo diante do PAIGC e do PRS, que obtiveram 47 e 27 deputados respectivamente?

Responder essa questão exige uma crítica sobre o modo como os partidos políticos da oposição na Guiné-Bissau alcançam e exercem o poder político, atuando fora dos princípios democráticos e sem qualquer fundamento na

¹¹ Domingos Simões Pereira, apoiado pelo principal partido político da Guiné-Bissau (PAIGC), foi derrotado na segunda volta das eleições presidenciais de 2019, obtendo 46,45% de votos, a favor do seu adversário Umaro Sissoco Embaló, que venceu com 53,55%, contando com o apoio político do MADEM-G15 e do PRS, conforme os resultados publicados pela Comissão Nacional das Eleições (CNE).

Constituição da República. Essa situação é exacerbada pela relação de cumplicidade entre os militares e políticos, pelo elevado grau de impunidade e pela falta de responsabilização judicial dos atores políticos no País.

Nuno Gomes Nabian, presidente da APU-PD-GB, era vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP)¹², mas, sem a permissão do presidente Cipriano Cassama e diante da discussão sobre os resultados eleitorais de 2019, que estavam sob análise no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), decidiu conferir uma "posse simbólica" ao candidato Umaro Sissoco Embaló no dia 27 de fevereiro de 2020¹³. No dia seguinte (28 de fevereiro de 2020), Umaro Sissoco Embaló, que já se apresentava como presidente da Guiné-Bissau, destituiu o governo que havia sido eleito por Aristides Gomes, nomeando Nuno Gomes Nabian chefe do novo governo, violando as leis e as normas do País.

No entanto, aqui, o caso de Nuno Gomes Nabian (APU-PDGB) é apenas um exemplo de atuação ilegal das forças políticas de oposição guineenses. De um modo geral, os partidos políticos de oposição na Guiné-Bissau tentam exercer o poder político com base na engenharia pós-eleitoral, criando "novas maiorias"¹⁴. E, em casos extremos, aliam-se às forças de defesa e segurança para desestabilizar governos constitucionalmente eleitos, visando conquistar a arena governativa. Esse tipo de comportamento político-partidário tem sustentado a crise e a indefinição política e institucional da Guiné-Bissau, constituindo motivo de recorrentes golpes de Estado na recente história política do País.

Dessa forma, observa-se que a oposição guineense também contribuiu para o retrocesso do processo democrático na Guiné-Bissau, reforçan-

do a violação da ordem constitucional e a falta de cumprimento das regras do jogo democrático. Essa imaturidade política não é nova, pois tem caracterizado a oposição política no País ao longo da história. Em 1995, Carlos Cardoso criou o termo "oposição jovem" para descrever esses grupos políticos que não têm experiência e pouco representam os interesses de diferentes grupos da sociedade guineense.

Muitos desses partidos acabam alimentando o que Scott Mainwaring e Mariano Torcal (2005) chamaram de "baixa institucionalização do sistema partidário", ou seja, quando os atores não desenvolvem expectativas e comportamentos baseados na premissa de que os contornos e as regras fundamentais da competição e do comportamento partidários prevalecerão no futuro previsível. Em relação à Guiné Bissau, diversas práticas partidárias contribuem fortemente para a vulnerabilidade do sistema democrático do País.

A atuação dos partidos políticos de oposição também provocou uma transformação do poder político nas eleições legislativas de 2023. Por exemplo, o PAIGC, que sempre se apoiou na autonomia das suas estruturas internas para embates eleitorais, teve que adotar a estratégia da coligação eleitoral, articulando diversas formações políticas para compor a Plataforma Aliança Inclusiva (PAI) Terra Ranka, que obteve 54 deputados no parlamento, superando, dessa forma, a dificuldade de obter a maioria absoluta que havia ocorrido nas eleições de 2019.

Dentre as outras agremiações partidárias, é importante salientar o crescimento do MADEM-G15, que teve 27 deputados nas eleições legislativas de 2019 e subiu para 29 assentos no parlamento nas eleições de 2023. O crescimento desse partido é atribuído ao fato de ser liderado por um

¹² Assembleia Nacional Popular (ANP) é o nome dado ao parlamento da Guiné-Bissau. É um órgão da soberania com competência de discutir e deliberar principais agendas da governação do País. Fórum político do qual emana o governo, ele tem a competência de fiscalizar a ação governativa da Guiné-Bissau.

¹³ "Posse simbólica" foi o termo usado por Umaro Sissoco Embaló para designar o ato da sua tomada de posse antes do fim do processo eleitoral de 2019, cerimônia que antecedeu a decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que analisava o contencioso eleitoral das eleições presidenciais de 2019 apresentado pelo candidato, Domingos Simões Pereira.

¹⁴ "Nova maioria" é um termo recorrentemente usado na Guiné-Bissau para designar as "maiorias parlamentares" ou coligações pós-eleitorais formadas por partidos da oposição com objetivo de destronar o governo eleito pelo povo guineense para formar "novos governos" sem a legitimidade popular, nos quais participam partidos da oposição. Trata-se de um conjunto de estratégias políticas executadas pela oposição guineense depois das eleições para legitimar os governos da "iniciativa presidencial". Em geral, "as novas maiorias", assim como "governos da iniciativa presidencial", contam com apoios das altas chefias militares da Guiné-Bissau, o que dificulta a institucionalização da cultura democrática na arena política guineense.

dos mais influentes empresários guineenses, Braima Camará. Além da capacidade financeira de Camará, há também as estratégias políticas do MADEM-G15 que, em grande parte, aceleraram o discurso da pertença étnica e tribal e da simpatia religiosa na Guiné-Bissau, contribuindo pouco para a coesão da diversidade sociocultural do País.

Ainda na análise dos resultados eleitorais de cada partido político na nova configuração no parlamento guineense, importa sublinhar que o

PRS sofreu uma redução na sua bancada parlamentar, caindo de 21 deputados obtidos em 2019 para 12 deputados nas eleições de 2023; o Partido dos Trabalhadores Guineenses (PTG)¹⁵, fundado em 2023, concorreu às eleições daquele ano e conseguiu 6 deputados no parlamento; o APU-PDGB perdeu 4 deputados em 2023, dos 5 que elegeu em 2019; enquanto isso, a UM e o PND, que em 2019 elegeram 1 deputado cada, não elegeram deputado em 2023, tal como sintetiza a tabela seguinte.

TABELA 5. COMPARAÇÃO DE NÚMEROS DE DEPUTADOS OBTIDOS POR CADA PARTIDO POLÍTICO NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2019 E NAS DE 2023

Partidos políticos	Deputados em 2019	Deputados em 2023
PAI-Terra Ranka/PAIGC	47	54
MADEM-G15	27	29
PRS	21	12
PTG	--	6
APU-PDGB	5	1
UM	1	--
PND	1	--
Total	102	102

Fonte: elaboração dos autores com base nos resultados das eleições legislativas de 2019 e de 2023, publicados pela Comissão Nacional das Eleições da Guiné-Bissau (CNE) e noticiados numa das edições de do *Diário das Notícias*, no dia 8 junho de 2023.

Ou seja, as 102 cadeiras de deputados da Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau foram basicamente divididas entre sete partidos políticos nos últimos anos (2019 e 2023). Essa divisão reforçou as posições dos partidos da oposição e diminuiu a influência política dos maiores partidos, como o PAIGC e o PRS. As mudanças na distribuição dos assentos na Assembleia Nacional Popular (ANP) na última década foram influenciadas pelas dissidências partidárias, especialmente pelos antigos militantes e dirigentes do PAIGC que criaram o Movimento para Alternância Democrática (MADEM-G15).

Dessa forma, é possível notar que, desde a democratização, surgiram diversas siglas partidárias no País, constituindo um sistema multipartidário. No entanto, as novas agremiações não

proporcionaram grandes mudanças no sistema político, uma vez que seus principais líderes tiveram formação política no PAIGC e transferiram seus métodos de funcionamento para os novos partidos políticos. Ou seja, as novas instituições políticas partidárias trouxeram poucas mudanças em relação à forma tradicional de fazer política na Guiné-Bissau.

Além da dissidência e da influência do PAIGC sobre o comportamento dos novos partidos políticos na Guiné-Bissau, é possível notar também um fenômeno que, neste artigo, se convencionou chamar de transição de militância e de simpatia aos partidos políticos no País. Trata-se da volatilidade da militância política: muitos militantes, dirigentes e simpatizantes dos partidos políticos trocam de partido constantemente. Embora tal

¹⁵ O PTG é o partido fundado em 2023 e tem como líder Botche Candé, antigo militante e dirigente do PAIGC. Esse partido concorreu às eleições legislativas pela primeira vez em 2023 e conseguiu eleger 6 deputados.

fator tenha pouco impacto na definição dos perfis partidários, é extremamente relevante para esta análise, pois exerce grande influência na caracterização partidária.

Ao analisar a lista atualizada dos partidos políticos legalizados no País até 2023, é possível notar um avanço em termos de pluralidade partidária, que, até certo ponto, simboliza a diversidade de opiniões. Isso é benéfico para a vitalidade democrática no contexto guineense. Contudo, essa variedade de partidos políticos na Guiné-Bissau (mais de 50 partidos) é fator de preocupação e representa um risco de fragmentação sociocultural em um país com uma população de pouco mais de 2 milhões de habitantes, composta por uma grande variedade de grupos étnicos e religiosos.

Muitos desses partidos políticos utilizam seus poderes para propagar discursos de ódio e divisão entre a sociedade, buscando solidariedade étnica e religiosa como forma de obter maior número de votos nos processos eleitorais. As ações partidárias desse tipo têm causado um impacto significativo na polaridade política e fragmentação social. Isso pode aumentar o risco de conflitos culturais e religiosos entre as populações da Guiné-Bissau no futuro próximo.

Outro aspecto relevante a ser considerado em relação ao sistema partidário é a falta de transparência nos fundos e financiamentos das atividades partidárias. Em entrevista à *DW África* em 2019, o politólogo guineense Rui Jorge Semedo chamou a atenção para os recursos financeiros utilizados pelos três principais partidos políticos guineenses – o PAIGC, o PRS e o MADEM-G15 – na eleição presidencial de 2019. Durante a mesma conversa, o especialista afirmou que esses investimentos representam a “exploração dos escassos recursos que o país tem, como, por exemplo, a madeira” (*Deutsche Welle* [...], 7 mar. 2019), que vai acontecer depois do processo eleitoral.

Trata-se de uma questão de amostra que reflete como os demais partidos (geralmente mais vulneráveis do ponto de vista econômico) são afetados pelo financiamento duvidoso. Portanto, se por um lado o crescimento acelerado dos partidos de oposição na Guiné-Bissau pode

ser entendido como uma importante alavanca para a participação democrática guineense, por outro lado esse crescimento pode representar um grande risco para a segurança e a soberania do País, visto que a Guiné-Bissau ainda enfrenta um quadro de fraqueza institucional, tendo dificuldades para controlar a origem dos recursos adquiridos pelas formações políticas.

Além dos desafios de controlar o financiamento partidário, o Estado guineense também enfrenta dificuldades financeiras para sustentar as atividades dos partidos políticos. De acordo com M'bunde (2017), um dos principais obstáculos para o funcionamento regular da democracia na Guiné-Bissau está relacionado à falta de financiamento público para os partidos políticos. Além disso, o problema abrange também a desinstitucionalização partidária, as instabilidades institucionais e constitucionais que determinam as atribuições do Presidente da República e das funções do primeiro-ministro. O autor afirma que

[...] a falta de observação de incentivos financeiros partidários (o não regular financiamento público das agremiações político-partidárias) e a Constituição da República vigente (mais especificamente, a não muito bem resolvida questão de repartição do poder entre o Presidente e o Primeiro-Ministro). Destes dois elementos principais, produz-se um conjunto de fatores que tende a ter implicações diretas na relação de insuficiente institucionalização dos partidos e a cíclica interrupção do processo democrático na Guiné-Bissau (M'bunde, 2017, p. 52).

A regulamentação do financiamento político partidário pelo governo guineense é crucial para o desenvolvimento da democracia no País, a fim de se ajustar às condições socioeconômicas e aos objetivos políticos nacionais, uma vez que “a regulamentação do financiamento deve ser baseada nos objetivos políticos de um país”, conforme mencionado por Magnus Ohman (2015). Isso implica que a Guiné-Bissau precisa adotar uma regulamentação não apenas robusta e rigorosa, mas também adequada às suas circunstâncias, a fim de exigir a prestação de contas aos partidos políticos com base na cobrança dos relatórios financeiros ao final de cada eleição.

5 Considerações finais

Este artigo analisou o papel dos partidos políticos de oposição na manutenção da estabilidade política e democrática na Guiné-Bissau. A análise abrange todo o contexto político desde o surgimento dos primeiros partidos até a atualidade. Observa-se que os partidos políticos emergiram em um ambiente político bastante tenso e foram constantemente pressionados pelo regime de partido único que prevaleceu na Guiné-Bissau nas duas primeiras décadas após a independência.

Com a principal exceção da FLING, as primeiras estruturas partidárias de oposição na Guiné-Bissau surgiram muito antes da implementação do liberalismo político, mas só conseguiram se institucionalizar após a liberalização política ocorrida na década de 1990, enfrentando muitas dificuldades financeiras e fracassos políticos e ideológicos. Até 2023, os dados mostram que o País teve mais de 50 partidos políticos legalmente constituídos, caracterizados por vulnerabilidades econômicas e ideológicas. Embora existam obstáculos, é importante destacar que os partidos de oposição guineenses desempenham um papel crucial na diversificação das opiniões e no estímulo à participação política.

Contudo, é necessário reconhecer que, ao criar um ambiente propício à pluralidade política, as novas organizações partidárias na Guiné-Bissau contribuem para o aumento da polarização e fragmentação social através da disseminação de discursos de ódio, de pertença étnica, tribal e religiosa, o que ameaça a estabilidade política nacional. Dessa forma, o Estado guineense precisa aprimorar mecanismos legais para mitigar declarações públicas dos partidos, preservando a pluralidade partidária e, ao mesmo tempo, garantindo a soberania nacional e a estabilidade sociocultural do País.

A maioria dos partidos políticos guineenses sustenta suas atividades com diversos fundos de origem incerta, o que representa uma ameaça à soberania interna da Guiné-Bissau. Portanto, é necessário regular o financiamento dos partidos políticos para reduzir o relacionamento promíscuo entre doadores e agentes políticos, fomentando

mecanismos que proporcionem maiores igualdade e equilíbrio na disputa eleitoral, conforme os princípios basilares da democracia.

Embora o Estado guineense seja o principal responsável pela elaboração das normas e fiscalização do financiamento político e eleitoral, é necessário mobilizar e envolver todos os setores sociais nas atividades de controle. Isso inclui os meios de comunicação de massa, que têm um papel crucial na investigação e divulgação de informações sobre o descumprimento da lei eleitoral, e as Organizações da Sociedade Civil (ONGs), que também são capazes de promover ações cívicas contra atividades irregulares no País.

Referências

- BRACK, N.; WEINBLUM, S. "Political opposition": Towards a renewed research agenda. *Interdisciplinary Political Studies*, Lecce, v. 1, n. 1, p. 69-79, 2011.
- CARDOSO, C. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Lusotopie*, Bordeaux, n. 2, p. 259-282, 1995. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_991. Acesso em: 10 set. 2023.
- CARVALHO, C. S. P. *Guiné-Bissau: A instabilidade Como Regra*. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política Cidadania e Governança) – Universidade Lusófona da Humanidade e Tecnologia, Lisboa, 2014.
- CASCAIS, A. Guiné-Bissau: onde conseguiram os partidos tanto dinheiro para a campanha eleitoral? *Deutsche Welle-DW para a África*, Berlin, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-onde-conseguiram-ospartidos-tanto-dinheiro-para-a-campanha-eleitoral/a-47814867>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- DAASE, C.; DEITELHOFF, N. Opposition and dissidence: Two modes of resistance against international rule. *Journal of International Political Theory*, Edinburgh, v. 15, n. 1, p. 11-30, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1755088218808312>. Acesso em: 26 out. 2023.
- DAHL, R. *A Poliarquia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- DJAU, M. *Trinta anos de golpes de Estado na Guiné-Bissau: Uma análise da elite militar*. 2016. 66 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://abrir.link/5jSYc>. Acesso em: 9 set. 2022.
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FIGUEIREDO, N.. Da importância dos artigos de revisão da literatura. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, 1990.

FURTADO, V. S. M. *Arranjos institucionais e democracia participativa em cabo verde: um estudo comparado dos conselhos de controle de políticas públicas (1992-2013)*, 2015. 190 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GOMES, N. Nabian nomeado primeiro-ministro da Guiné-Bissau. *Voice of America – VOA*, Washington, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/nuno-gomes-nabiam-nomeado-primeiro-ministro-da-guine-bissau/5308877.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GUINÉ-BISSAU. Coligação PAI/Terra Ranka vence legislativas com maioria absoluta. *Diário de Notícias-DN*, Lisboa, 8 jun. 2023. Disponível em: <https://www.dn.pt/internacional/guine-bissau-coligacao-paiterra-ranka-vence-legislativas-com-maioria-absoluta--16496758.html>. Acesso em: 14 ago. 2023.

GUINÉ-BISSAU. Constituição da República da-CRGB. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/jurisprudenciaPesquisaCplp/anexo/guinebissau.pdf>. Acesso em: 20/05/2023.

HELMS, L. Introduction: The nature of political opposition in contemporary electoral democracies and autocracies. In: HELMS, Ludger. *Executive leadership in western democracies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2021.

HUNTINGTON, S. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

IONESCU, G.; MADARIAGA, I. *Opposition*. Past and Present of a Political Institution. London: The New Thinker Library, 1968.

JARJU, A. *A instabilidade crônica da Guiné-Bissau: do Golpe de Estado de 1980 a 2018*. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/28133>. Acesso em: 8 set. 2022.

JORNAL DE ANGOLA. PAIGC ganha eleições com maioria relativa. Última atualização: 14 me. 2019. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=424714>. Acesso em: 20 set. 2023.

KUENZI, M.; LAMBRIGHT, G. Party Systems and Democratic Consolidation in Africa's Electoral Regimes. *Party Politics*, Brighton, v. 11, n. 4, p. 423-446, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354068805053211>. Acesso em: 13 dez. 2023.

M'BUNDE, T. Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau. *Almanaque de Ciência Política*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 43-56, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25193//iissn2526-8066.v1.n2.a3>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MAINWARING, S.; TORCAL, M. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, 2005.

MENDY, P. K. et al. *Pluralismo político na Guiné-Bissau: uma transição em curso*. Bissau: INEP, 1996.

NHASSE, C. F. *Guiné-Bissau: um estudo sobre o impacto da Guerra Civil de 1998/99 no processo de desenvolvimento socioeconômico (2000-2019)*. TCC de Licenciatura em Ciências Sociais. UNILAB. São Francisco de Conde, Bahia, 2022. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2985/1/2022_arti_colnanhasse.pdf. Acesso: 13/03/2024.

OHMAN, M. Entendendo o Sistema de Financiamento Político. In: FALGUERA, E.; OHMAN, M.; JONE, S. (org.). *Financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais: um manual sobre financiamento político*. FGV: IDEA, 2015.

RAKNER, L.; van de WALLE, N. Democratization by Elections? Opposition Weakness in Africa. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 20, n. 3, p. 108-121, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/jod.0.0096>. Acesso em: 11 out. 2023.

SARTORI, G. Opposition and control problems and prospects. *Government and Opposition*, Cambridge, v. 1, n. 2, p. 149-154, 1966.

SEMEDO, R. J. *PAIGC a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, 2021. Documentos de Trabalho n. 182.

Luizinho Jorge Cá

Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Licenciado em Sociologia pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Alfredo Alejandro Gugliano

Professor Titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciências Políticas e Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid (UCM) e Pesquisador do CNPq.

Endereço para correspondência

LUIZINHO JORGE CÁ

ALFREDO ALEJANDRO GUGLIANO

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) | UFRGS - Campus do Vale

Av. Bento Gonçalves, 9500 – Prédio 43311

Porto Alegre - RS - 91509-900 - Brasil

Caixa Postal 15055.

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.